



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

BRASIL E AMÉRICA NO SÉCULO XIX

## **O sentido da colonização e o capitalismo dependente em Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Nelson Werneck Sodré**

*The meaning of colonization and dependent capitalism in Caio Prado Júnior,  
Florestan Fernandes and Nelson Werneck Sodré*

João Maurício Buckingham Noronha Falleiros Leal; Doutorando Unicamp;  
j.buckinham.unicamp@gmail.com  
Fábio Antonio de Campos; Professor IE Unicamp; fcampos6@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar as características em torno do surgimento e perpetuação de um sentido colonial junto ao processo de formação histórico brasileiro. Dessa forma, o presente texto busca através da síntese entre as contribuições de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Nelson Werneck Sodré encontrar pontos de convergência no que diz respeito à constituição do capitalismo dependente. A hipótese defendida argumenta que a dependência externa articulava-se com a miséria da classe trabalhadora e a especialização produtiva, como mecanismos para a viabilização da dinâmica de espoliação.

Palavras chave: Concentração industrial, Brasil, São Paulo, Indústria.

**Área de concentração:** História Econômica, do Pensamento Econômico e Demografia Histórica

### **Introdução**

O atual momento político brasileiro coloca em evidência a necessidade de discussão sobre a questão nacional. A tendência para o fortalecimento de uma agenda neoliberal, juntamente com a reafirmação do complexo primário exportador, ressaltam o caráter regressivo da estrutura econômica e social interna. Junto com o movimento de



especialização produtiva, também se observa o achatamento dos salários dos trabalhadores, os quais sofreram redução nos seus valores reais, sobretudo a partir do segundo semestre de 2016. Uma realidade como essa impõe reflexões e revisões profundas sobre o sentido da formação histórica brasileira, sobretudo no que diz respeito ao sentido da colonização e os limites para o desenvolvimento econômico dependente

Para isso, é preciso voltar a atenção para o processo de emergência do capitalismo no Brasil como estrutura particular, específica, relacionada a objetivos de exploração interna e externa que se reproduzem e se recolocam a cada momento. Como consequência, afirma-se a necessidade de uma análise influenciada pelo pensamento marxista quanto aos nexos do subdesenvolvimento; a relação entre as classes; os mecanismos da espoliação internacional; e a estruturação de um sistema econômico e social determinado pelas condições de exploração.

Este artigo articula-se dentro dessa meta através de uma reflexão a qual busca encontrar nas obras de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Nelson Werneck Sodrê pontos de convergência que ajudem a reconstruir os nexos da formação histórica brasileira dentro do seu âmago mais profundo. Por esse motivo, questões referentes às diferenças entre as categorias de análise foram deixadas de lado em prol de uma reflexão que fosse capaz de elucidar o contexto mais amplo no qual se inseriu o surgimento do capitalismo no Brasil. Como opção metodológica, trata-se de uma tentativa de superação dos intermináveis debates sobre as diferenças entre as várias categorias de análise desenvolvidas pelos autores, uma vez que um mergulho progressivo nas especificidades, sem se levar em consideração as características mais gerais e amplas das contribuições teóricas ali presentes, pode resultar em uma incapacidade para se explicar o movimento das contradições no seu sentido mais abrangente.

A hipótese central deste artigo orbita em torno da existência de mecanismos de exploração específicos, vinculados à subordinação frente ao capital internacional, as quais impõem a existência de uma estrutura produtiva heterogênea, articulada através da combinação entre relações capitalistas e pré-capitalistas de produção. A partir dessa



realidade objetiva, a formação econômica dentro do processo histórico apontou para a cristalização de uma condição: especializada na exportação de primários; baseada na miséria da população, mero meio para a produção de excedente; e dependente dos movimentos do capitalismo na sua etapa imperialista.

Para efetuar essa análise, a primeira parte do texto dedica-se a reflexão sobre o sentido da colonização presente nos três autores, e em como essa realidade afirma-se constantemente durante o processo de formação. Em seguida, o foco do estudo direciona-se para a emergência do capitalismo no território nacional, suas características fundamentais e a sua tendência para recolocar a realidade colonial a cada momento. Na terceira parte do texto, a pesquisa volta-se apenas para a contribuição de Florestan Fernandes no que tange à formação da sociedade brasileira na sua etapa capitalista. Essa alternativa teve como objetivo desenvolver uma reflexão inicial em relação aos limites que a democracia apresentou para a formação de um capitalismo autônomo no caso brasileiro. A última parte desta pesquisa retorna à abordagem dos três autores no que diz respeito às implicações que o imperialismo teve para o desenvolvimento econômico interno, e os limites que ele impõe para o surgimento: de uma economia autônoma; e de uma sociedade moderna.

### **O sentido da colonização**

Nos momentos iniciais do povoamento e emergência da sociedade brasileira, o antigo sistema colonial foi o responsável por moldar a sua constituição econômica, cultural e política (FERNANDES, 1975, p. 13). Nesse bojo, cabe destacar que o empreendimento colonial beneficiava principalmente os interesses comerciais e financeiros da classe dominante portuguesa, em associação com o capital comercial europeu (FERNANDES, 1975, p.14). Isso significa que a razão de ser da sociedade que se formava a partir dessas iniciativas, possuía no lucro mercantil externamente apropriável o seu motivo fundamental.

O funcionamento adequado desse mecanismo de exploração externa necessitava de relações sociais de produção e estruturas de poder que permitissem a sua



perpetuação. Caio Prado Júnior abordou esse caráter específico em “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942), afirmando que:

*“Criou-se no plano das realizações humanas algo de novo, este “algo de novo” não é uma expressão abstrata, concretiza-se em todos os elementos que constituem um organismo social distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente e habitando um determinado território: uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente até uma consciência, mais precisamente uma certa atitude mental coletiva particular” (pp, 2)*

Por sua vez, Nelson Werneck Sodré (1982, p. 4) qualificou a gênese da sociedade brasileira como sendo um evento singular, caracterizado pela contemporaneidade dos não coetâneos. Isso significa que dentro do empreendimento colonial, conviviam diferentes tipos de relações de produção, as quais se articulavam dentro daquela realidade econômica específica, dando origem a categorias sociais com características mistas, diferentes dos casos clássicos (SODRÉ, 1997. pp, 59-61).

Como todo esse conjunto havia sido estabelecido para atender aos interesses mercantis europeus, o objetivo da sua formação atrelava-se à exportação de produtos primários (PRADO, 2000, p. 117). O latifúndio monocultor e escravista era uma condição decorrente dessa realidade, já que uma estrutura produtiva diferente, baseada na pequena propriedade e no trabalho livre, não seria capaz de desempenhar tal função (PRADO, 2000, pp. 118-119).

Dessa forma, as características fundamentais da economia colonial diziam respeito: a uma organização do trabalho que originou uma sociedade com a riqueza extremamente concentrada; e a um sentido da produção voltado para o exterior (PRADO, 2000, p. 123). O organismo econômico surgiu, por consequência, como unidade meramente produtora, dedicada à utilização extensiva e especulativa dos



recursos naturais (PRADO, 2000, p. 127).

De acordo com Florestan Fernandes (1975, p.13), essa exploração colonial ganhou um caráter ilimitado por ser capaz de consolidar formas específicas de ordem legal e dominação política. Ou seja, todos os níveis da existência humana eram condicionados para a produção de excedente apropriável pela coroa portuguesa e pelo capital mercantil europeu.

O escravismo constituía a base desse processo graças à elevada extração de excedente a custo da massa trabalhadora que ele possibilitava; o que impunha a maior parte da população condições de vida miseráveis (SODRÉ, 1997, pp. 60-61). O próprio tráfico em si era um negócio extremamente lucrativo, atraindo em grande quantidade o capital mercantil da época (SODRÉ, 1976, p. 20). Como o objetivo era aumentar a produção de excedente, o que se fazia mediante a incorporação cada vez maior de escravizados, e considerando o valor praticamente nulo da terra naquele momento, esse sistema produtivo tinha no escravo a sua medida de valor (SODRÉ, 1976, p. 21-25).

A “escravidão moderna” possuía um sentido mercantil justamente por ter no escravizado o ponto principal de uma vasta rede comercial. Em relação ao tráfico de cativos, a colônia encontrava-se incorporada ao espaço econômico da metrópole e dos centros que a subordinavam, transformando o seu mercado em uma extensão da economia metropolitana (FERNANDES, 2010, pp. 35-36). Essa condição, decorrente em parte do estabelecimento de uma estrutura comercial que permitia a importação em larga escala de escravizados, possibilitava ao Brasil uma inserção mínima junto aos circuitos internacionais de acumulação; algo que não eliminava o seu caráter periférico, colonial e pré-capitalista (FERNANDES, 2010, pp. 37-38).

Existiam duas dimensões da exploração realizada sobre o trabalho escravo: uma interna, feita pelos senhores; e outra externa, organizada pela metrópole e pelo capital mercantil europeu. Dentro do espaço da colônia, o objetivo da geração de excedente apropriável em grandes quantidades era atingido mediante uma estrutura flexível, capaz de combinar diferentes formas de trabalho ao núcleo fundamental escravista. Por sua



vez, a dimensão externa da acumulação, essência da apropriação colonial, ocorria através da combinação entre mecanismos econômicos, fiscais, políticos e legais que permitiam a incorporação do excedente ali gerado ao circuito mercantil europeu (FERNANDES, 2010, pp. 39).

A escravidão vigorou como base da economia brasileira até o final do século XIX, moldando a sociedade em relação a sua organização econômica, aos seus padrões materiais e morais (PRADO, 2000, p. 277). Por consequência, as relações sociais que se cristalizaram foram aquelas que remetiam o escravizado à condição de mero instrumento de trabalho, força humana, despidido do seu estatuto social, material e moral (PRADO, 2000, p. 280). O forte preconceito de raça inerente a tal estrutura criava barreiras adicionais entre as classes, aumentando a sua polarização (PRADO, 2000, p. 282).

Segundo Florestan Fernandes (2010, pp. 55-57), a estratificação social nos primeiros séculos da história brasileira possuía características estamentais, as quais restringiam aos indivíduos brancos as posições estratégicas na economia e na administração colonial. A escravidão penetrava em todas as dimensões dessa ordem, moldando as relações de produção pré-capitalistas a ela associadas, e enrijecendo as diferenças entre os estratos ali presentes (FERNANDES, 2010, p. 35).

Uma importante consequência dessa produção primário exportadora e escravista foi o baixíssimo nível de desenvolvimento tecnológico dali proveniente. Em parte, o fato de os capitais europeus só enxergarem as possibilidades de lucros rápidos mediante a exploração dos recursos naturais e do trabalho dos escravizados, impossibilitava o estabelecimento de uma economia diversificada e de alto nível tecnológico (PRADO, 2000, pp. 40; 281). Por isso, o nível técnico ínfimo, rotineiro, envolto em ignorância, que caracterizava a agricultura colonial, e cuja influência se espalhava por todas as outras dimensões da sociedade (PRADO, 1983, pp. 87-93)

Como a escravidão reduzia o trabalhador a mero fornecedor de força física, e retardava o processo de capitalização, a exploração em si era selvagem, e o progresso



técnico inexistente (SODRÉ, 1997, pp. 62). A baixa produtividade se casava perfeitamente com o desperdício de bens e com a depredação dos recursos físicos disponíveis. O sentido voltado para o exterior, e desligado do meio, destruía o trabalho e o ambiente natural, objetos da própria aplicação dos recursos (SODRÉ, 1976, p. 23). Portanto, o caráter predatório e de pouca incorporação tecnológica eram características fundamentais da economia colonial brasileira.

Os interesses econômicos das potências centrais envolvidas na colonização brasileira não apontavam para o fortalecimento do mercado interno da colônia. Pelo contrário, como o objetivo fundamental era manter uma vazão constante de excedente para o exterior, era necessário que ao se internalizarem operações mercantis e atividades produtivas, o crescimento econômico ali gerado não ultrapassasse os limites da produção colonial (FERNANDES, 2010, pp.38)

O fato de a estrutura econômica ser direcionada para a geração de um lucro comercial externamente apropriável, barrava a aplicação do excedente para o atendimento das necessidades da população (PRADO, 1972, p. 48). Uma economia colonial é, dessa forma, caracterizada pela ausência ou reduzida dimensão do mercado interno, uma vez que para se viabilizar a realização externa do excedente, era necessário o enfraquecimento máximo da sua dimensão nacional (SODRÉ, 1977, p. 31)

Tudo era acessório dessa função específica, a qual determinou desde o povoamento, até a estrutura da sociedade e suas instituições. Fazia parte dessas atividades auxiliares a produção interna de alimentos, relegada a uma condição marginal frente à prioridade conferida à produção primário exportadora, o que lhe impunha uma expressão qualitativa e quantitativa baixa, com existência precária e sem capacidade para avançar além de um nível vegetativo (PRADO, 1972, p.45-47).

Também fazia parte dessa categoria subsidiária do complexo primário exportador a produção manufatureira, praticamente inexistente. A ausência de um mercado consumidor de massa em decorrência do caráter concentrado da renda, assim como as baixas perspectivas para a sua expansão, prejudicavam o desenvolvimento fabril nos primeiros séculos da história brasileira (PRADO, 1983, p. 199). Em síntese,



compõe o que Caio Prado Júnior (1983, p.41) classificou como “atividades acessórias”, dedicadas à subsistência da população.

Tendo em vista que os escravizados desempenhavam a maior parte das atividades produtivas na colônia, e que os reinóis monopolizavam grande parte das atividades econômicas ali presentes, existiam poucas oportunidades de ocupação para os trabalhadores livres brasileiros (PRADO, 2000, pp. 286-287). Essas relações se articulavam com o domínio exercido pela grande lavoura e a grande propriedade, zerando as possibilidades de inserção junto aos fluxos de renda dos não proprietários (PRADO, 2000, p. 292).

Foi resultado de tal pano de fundo a composição de uma estrutura social cuja hierarquia possuía um vácuo entre os seus pólos extremos (PRADO, 2000, p. 289). Tratava-se, portanto, de uma sociedade dividida entre uma minoria dirigente, e o restante da população que funcionava como mero meio de produção, apartada tanto dos benefícios do seu próprio trabalho, quanto da participação política (SODRÉ, 1977, p. 33).

Os colonos europeus que integraram a empresa colonizadora objetivavam com a vinda ao Brasil à condição de grandes proprietários na produção primário exportadora (PRADO, 2000, pp. 118). Operavam aqui como agentes do capital mercantil, o que resultava em uma posição juntos aos circuitos internacionais de acumulação de participante menor do “butim colonial” (FERNANDES, 2010, p. 36). Eles compunham a classe dirigente, envolta em características aristocráticas decorrentes do grande domínio e da ordem patriarcal ali constituída (PRADO, 2000, pp. 295-296).

Esse senhor rural monopolizava a riqueza, e com ela os seus atributos naturais: o prestígio e o poder político (PRADO, 1969, p.23). Com a independência e o domínio sobre o Estado, era possível uma defesa mais eficaz dos interesses escravocratas, ligados à preservação da ordem senhorial (FERNANDES, 2010, p. 45). Tal situação ficou clara com a constituição de 1823, e a hierarquização dos direitos políticos segundo a renda dos cidadãos e suas ocupações, o que acabava por excluir a grande massa da



população, inclusive os trabalhadores livres (PRADO, 2012, p.56). Por consequência, foram cristalizadas as condições que permitiam a manutenção da ordem senhorial: o monopólio da terra, da propriedade escrava, e do regime de plantações (FERNANDES, 2010, p 68).

Uma estrutura social com tais características não era capaz de servir de base a um mercado com oportunidades comerciais interessantes às atividades produtivas, por ser muito limitado e desigual. Os consumidores ali presentes eram divididos em dois grupos: um composto por uma categoria privilegiada de indivíduos, abastecida por produtos de luxo de origem importada para a qual a produção nativa não era capaz de atender; e o restante da população, de nível de consumo extremamente baixo, representada, sobretudo, pelo escravizado (PRADO, 1972, pp. 48-49).

A escravidão mercantil não possuía as características necessárias para promover a mudança do padrão de organização e crescimento da economia colonial, uma vez que as suas relações eram pré-capitalistas por natureza (FERNANDES, 2010, p. 38). Como a independência preservou a ordem senhorial existente, também foram mantidos os laços estruturais com o capitalismo comercial de pilhagem, fortalecendo-o (FERNANDES, 2010, p. 44). Dessa forma, estabeleceu-se um mecanismo de retroação da superestrutura social sobre a sua base econômica, criando um círculo vicioso que tendia a reforçar o sistema socioeconômico no qual se estruturou a colonização (PRADO, 1972, p. 49).

O sentido econômico da colonização e a ordem social dali resultantes foram preservados formalmente até o final do século XIX, e mantiveram a sua influência nos períodos seguintes. Com a emergência das relações mercantis de produção, a ordem capitalista que se formava herdava essas características fundamentais da sociedade colonial, dando origem a um capitalismo específico, dependente na sua essência.

### **O crescimento econômico e a preservação do sentido colonial**



Segundo Nelson Werneck Sodré (1977, p.34-37), a superação da realidade colonial iniciou-se juntamente com a consolidação das condições necessárias para o ensejo da acumulação capitalista a nível nacional. O mercado interno representava dentro dessa interpretação uma variável fundamental para a análise, tendo em vista a relação direta entre o seu crescimento, e o avanço na formação de capitais internamente. Por consequência, é possível traçar uma história do desenvolvimento econômico brasileiro através do estudo sobre o avanço da capitalização interna.

O ciclo mineiro e a independência nacional constituíram o momento inicial dessa marcha em direção ao país autônomo. As características que ali emergiram apontavam para um aumento na complexidade interna da sociedade, possibilitada graças ao crescimento da dimensão monetária da economia, assim como na expansão do volume e variedade de profissões disponíveis. O aumento da população, acompanhado pelo surgimento do trabalho livre e da pequena burguesia, fortaleciam o emergente mercado interno, e conferiam características diferentes para a realidade da colônia (SODRÉ, 1977, p.34-37).

A antiga estrutura econômica colonial, voltada exclusivamente para a produção exportadora, já não era mais capaz de satisfazer às necessidades de uma sociedade que ganhava cada vez mais complexidade (SODRÉ, 1978, p. 75). Formou-se, internamente, uma capacidade para a produção de algumas culturas de subsistência, assim como um grande mercado nacional para animais de tração, gado bovino e seus derivados (SODRÉ, 1978, p.76; SODRÉ, 1982, p. 143).

Apesar do avanço nas condições para o surgimento de uma acumulação de capital a nível nacional, a prevalência do trabalho escravo, e o fluxo de renda direcionado para o exterior, preservavam a essência colonial daquele sistema econômico (SODRÉ, 1977, p. 37). Todas as outras dimensões da sociedade eram moldadas por essa realidade, a qual articulava estrutura e superestrutura dentro de uma lógica de manutenção da forma de exploração; realizada internamente através de uma intensa desigualdade de renda, e externamente mediante o domínio sobre a reprodução



econômica.

Por consequência, a acumulação de capital era feita na sua maior parte a custa dos trabalhadores (SODRÉ, 1982, p. 311-312). Para se analisar essa realidade, é preciso levar em consideração as peculiaridades das relações de produção estabelecidas; articuladas através da combinação entre relações capitalistas e pré-capitalistas (SODRÉ, 1997, p. 76). O imenso contingente de desempregados, marginalizados e imersos em relações que combinavam formas não mercantis de exploração, tinha como função atender a dois propósitos: preservar as atividades econômicas arcaicas, baseadas em vínculos eminentemente coloniais; e amortecer o crescimento dos salários nos setores da economia baseados em relações mercantis de produção (SODRÉ, 1976, p. 166).

Florestan Fernandes (1972, pp. 21-22) também entendia a transformação da sociedade colonial brasileira através de uma relação direta entre o avanço do mercado interno, das relações de trabalho e da urbanização, com as mudanças no capitalismo em escala global. Contudo, o que emergiu no Brasil não foi o desenvolvimento autônomo experimentado pelas potências centrais, mas o que o autor qualificou como “condição heteronômica”. Trata-se de uma realidade econômica polarizada entre: uma economia primário exportadora, cujos princípios capitalistas só são vigentes na etapa comercial, instância máxima da dependência externa; e um setor interno de produção e circulação de bens, dependente de estímulos externos, mas com tendência para a consolidação da economia de mercado.

Existia uma relação causal entre os dois pólos da economia, ligada à maximização do excedente ali gerado. Por isso, a sobrevivência de formas arcaicas de produção, tanto nas suas bases anticapitalistas quanto semicapitalistas, não possuíam caráter secundário ou suplementar, mas pelo contrário, viabilizavam o elevado grau de exploração dos trabalhadores (FERNANDES, 1972, p.52). Quem unificava todo esse processo era a etapa comercial, a qual funcionava em benefício do mercado mundial, o que, mediante a extração do excedente, mitigava a capacidade de desenvolvimento das nações dependentes (FERNANDES, 1972, p. 55).



Ao mesmo tempo em que ocorria crescimento econômico, também havia um aumento na distância entre os setores moderno e arcaico da economia, tendo em vista a transferência de excedente do primeiro para o segundo. Entretanto, a instabilidade e a insegurança crônicas das economias dependentes prejudicavam os processos internos de natureza eminentemente capitalista, o que inviabilizava um desenvolvimento autônomo (FERNANDES, 1972, p. 57; 79).

Segundo a interpretação de Plínio de Arruda Sampaio Júnior (1997, p. 157-160), a visão de Florestan Fernandes quanto à preservação de relações heterogêneas e anacrônicas na sociedade brasileira estava relacionada não apenas ao equilíbrio do sistema, mas também ao seu crescimento. A perda dessa estabilidade nessas relações levaria necessariamente a crise e regressão econômicas, de tal forma que qualquer tendência para a autonomização seria sempre limitada pela realidade objetiva do processo de exploração. Portanto, existia um bloqueio direto à realização plena da autonomia.

Foi sob as condições determinadas pelo desenvolvimento da sociedade colonial, que se iniciou a marcha para o estabelecimento das relações mercantis de produção. O fim do tráfico de escravos em 1850 foi o momento inicial dessa transição (PRADO, 1983, p. 153). Os seus representantes eram poderosos homens de negócios, detentores de grandes riquezas que operavam como verdadeiros credores dos produtores agrícolas do período (SODRÉ, 1976, p. 55). Como se tratava de uma atividade extremamente lucrativa, possivelmente a mais rentável do país, com a sua interrupção foram liberadas quantidades consideráveis de capitais para outros setores da economia (PRADO, 1983, p. 154). Também houve um alívio nas contas externas do Brasil, uma vez que a aquisição dos trabalhadores escravizados representava um impacto semelhante à importação de um bem ou serviço (PRADO, 1983, p. 169).

A expansão econômica seguinte, apoiada sobretudo na economia cafeeira, teve um impulso fundamental graças aos capitais mercantis liberados naquele momento (SODRÉ, 1976, p. 109-110). Sob a condição de nação politicamente independente,



aquela década apresentou o maior avanço econômico interno até então, representado pelo aparelhamento logístico do país, assim como pelo surgimento de novos ramos de negócios (SODRE, 1997, p. 70; SODRE, 1976, p. 115).

Porém, como destacou Florestan Fernandes (FERNANDES, 1972, p. 51), as transformações econômicas baseadas no modelo primário exportador possuíam características específicas. A transição da situação eminentemente colonial, para uma nova condição na qual a dimensão capitalista e a acumulação propriamente dita começam a se revelar, deu-se nos países subdesenvolvidos através da inclusão das suas economias junto ao mercado mundial. Tal circunstância mantinha o núcleo produtivo ali presente com o seu ritmo e as suas mudanças estruturais determinados pelo mercado externo. Foi a partir dessa conexão que o “processo de modernização” adquiriu as suas características principais: incentivado, orientado e comercializado a partir de fora, mediante o estabelecimento de controles sobre os mercados importador e exportador; e através da construção de uma rede mercantil e de serviços (FERNANDES, 1972, pp. 33-34).

Era uma modernização específica devido ao seu caráter essencialmente dependente, mesmo com a internalização parcial do excedente, e a formação de um mercado interno. Essa dimensão se expressava também no perfil meramente consumidor da sociedade brasileira em relação aos modelos ideais de organização social aqui incorporados, provenientes na sua totalidade dos grandes centros capitalistas (FERNANDES, 1972, 96-97).

Segundo Nelson Werneck Sodré (1976, p. 97), a produção cafeeira representava um tipo de empresa exportadora adaptada à etapa imperialista do capitalismo, a qual se fundamentava em uma grande concentração e centralização do capital a nível internacional. Pelas suas características, os fatores produtivos necessários para o aumento da lavoura de café encontravam-se ociosos e disponíveis no território brasileiro; sobretudo terras agricultáveis e próximas aos portos de exportação, e mão de obra barata. Quando o ciclo atingiu a sua plena expansão, foi possível conferir uma feição nacional a essa atividade, incorporando recursos e relações econômicas de outras



regiões do país.

A empresa do café efetivaria uma nova estrutura econômica, a qual utilizava as relações arcaicas, coloniais, como mecanismo para a consolidação de novos vínculos de dependência (SODRÉ, 1977, p. 46). Os grandes patrocinadores dessa transformação foram os empresários do café, vinculados e submetidos diretamente ao capital internacional. Esses agentes incorporaram dentro dos seus portfólios de negócios tanto produção quanto comercialização da lavoura cafeeira, o que possibilitava o financiamento interno da expansão produtiva (SODRÉ, 1976, p. 98-99). Ao mesmo tempo, o capital internacional assumia um papel importante naquele cenário, auxiliando no estabelecimento ou dominando grande parte: da infraestrutura logística; dos serviços de transporte e comunicação; da oferta de serviços bancários e financeiros como seguros; e das companhias tanto de exportação quanto de importação; (SODRÉ, 1976, p. 106).

Para Florestan Fernandes (2020, pp. 216-127), esse tipo de relação era inerente a emergência do neocolonialismo como estratégia fundamental das nações centrais para a exploração das regiões subdesenvolvidas. Por consequência, o processo de modernização, o qual promoveu o aparelhamento da estrutura produtiva do país, tinha como objetivos finais: produzir os bens primários demandados pela economia mundial na sua etapa imperialista; e ao mesmo tempo possibilitar a maior acumulação de capital possível em benefício das finanças internacionais. Mediante essas novas conexões junto ao capitalismo internacional, e em substituição ao domínio legal e político anterior, os mecanismos da dependência foram inseridos dentro da estrutura produtiva interna (FERNANDES, 1975, p.49). Ou seja, tratava-se de expandir aquela economia baseada no comércio exterior, o que incorporava a sociedade Brasileira ao sistema colonial moderno.

O esquema de exportação e importação montado durante a etapa neocolonial foi o eixo da evolução econômica interna até 1930 (FERNANDES, 2020, p. 257). Os móveis capitalistas, que no período colonial foram anulados, na fase neocolonial acabaram sendo incorporados de forma definitiva. Contudo, essa transformação se



iniciou em meio à ordem social escravista e estamental, inserida junto à apropriação colonial e com caráter regressivo e direcionado para o exterior (FERNANDES, 2020, pp. 39-40).

O avanço cafeeiro possibilitava, em decorrências das suas características, a retenção de parte do excedente gerado pelas exportações, o que criou condições para a superação de alguns estrangulamentos econômicos (SODRÉ, 1976, p. 108). A situação fiscal e financeira do Estado apresentou uma melhora considerável, viabilizada graças ao aumento no volume de exportações, acompanhado pelo estabelecimento de consideráveis saldos comerciais, inéditos até então (SODRÉ, 1976, p. 106). Em relação ao problema da mão de obra, a abolição do tráfico impossibilitará a manutenção das antigas relações de produção como esteio do avanço da lavoura exportadora, uma vez que não era mais possível reverter a queda no número de cativos

A perda de força da produção escravista, em decorrência da escassez de mão de obra cativa, foi solucionada mediante a incorporação em massa de trabalhadores europeus através do que ficou conhecido como “imigração subvencionada”. Tratava-se do financiamento de todo o processo de inserção do imigrante, desde a sua viagem até o seu estabelecimento nas regiões produtoras, por iniciativa dos estados produtores de café em associação com os grandes cafeicultores. Somente nos últimos vinte e cinco anos do século XIX, essa política foi responsável pela entrada de 800.000 trabalhadores europeus (SODRÉ, 1977, p. 47).

Esse fluxo teve uma importância significativa para o processo de generalização do trabalho livre, fundamental no que diz respeito à emergência de um mercado interno a nível nacional. Por terem vindo de regiões aonde a economia capitalista despontava, estavam muito mais adaptados às relações de produção mercantis, baseadas no assalariamento. Como consequência, os europeus imigrados não foram a base apenas do avanço cafeeiro, mas também das atividades urbanas, sobretudo no artesanato ou como operários industriais. Além disso, o nível cultural e o padrão de vida, juntamente com o patamar de remuneração ao qual estavam adaptados, os impelia a reivindicarem melhores condições salariais e de trabalho (SODRE, 1978, pp. 97-98). Houve, portanto,



uma transformação qualitativa nas relações sociais do país, afirmada pela abolição da escravatura em consonância com a política de imigração.

Com o fim da escravidão em 1888, eliminou-se a última barreira ao avanço progressivo das relações capitalistas de produção (PRADO, 1987, p. 95). As consequências econômicas mais diretas desse novo cenário apontavam para: a ampliação do mercado interno; e para a intensificação das reivindicações salariais. A transformação dos escravizados em trabalhadores livres possibilitava que esses agentes pudessem atender as próprias necessidades de subsistência, mediante o dispêndio dos respectivos salários. Por sua vez, os imigrantes europeus inseriram padrões de comportamento e consumo de ordem superior aos das massas brasileiras, o que estimulou a elevação do nível das aspirações e exigências populares (PRADO, 1972, pp. 68-69).

De acordo com Florestan Fernandes (2020, pp. 180-181), os imigrantes europeus desempenharam três funções sociais construtivas na elaboração de uma economia monetária e de mercado. A primeira dizia respeito a sua constituição como agente original do trabalho livre. Em seguida, apesar da sua condição inicial semelhante a do escravizado, eles eram os únicos, além dos senhores, que possuíam poder aquisitivo real, de tal forma que foram transferidas às massas rurais e urbanas expectativas de padrões de consumo típicas de sociedades modernas e democráticas. Por fim, o imigrante concorreu não somente para a consolidação do desenvolvimento dos capitais comercial e financeiro, como também levou à diferenciação e intensificação da produção destinada ao mercado interno.

Contudo, o avanço do capitalismo não significou a eliminação de traços escravistas nas relações de trabalho; mas, pelo contrário, a preservação destes representava um estímulo à acumulação devido à compressão dos salários médios (PRADO, 1987, p. 97). Por esses motivos, não é possível atribuir ao simples avanço das relações mercantis de produção a capacidade de eliminar formas brutais de exploração sobre os trabalhadores.

Segundo Fábio Antonio de Campos e Carlos Alberto Cordovano Vieira (2019, pp. 123-125), Nelson Werneck Sodré observou que o crescimento capitalista



experimentado pela região sul e sudeste durante todo esse período de superação do trabalho escravo apontou, inclusive, para a diversificação da estrutura produtiva em direção ao setor industrial. Entretanto, essa transformação ocorreu junto a um emaranhado de relações pré-capitalistas as quais tinham por objetivo preservar a essência colonial e dependente do sistema econômico; ou seja, a transferência de excedente do povo para a classe dominante, e do mercado interno para o imperialismo. Essa realidade comprometia o desenvolvimento econômico em bases nacionais.

Aqui, podemos notar como as diferentes categorias sociais desenvolvidas pelos autores convergiam consideravelmente em relação à função central de reproduzirem a economia dependente. A realidade da exploração, efetivada a nível interno e externo, buscava preservar as condições necessárias para a sua própria manutenção, de tal forma que os nexos da dependência perseguiam a recolocação a todo o momento dos mecanismos de espoliação da classe trabalhadora brasileira.

Na parte seguinte do artigo é analisada a contribuição teórica de Florestan Fernandes no que diz respeito à formação de uma sociedade específica, funcional ao processo de exploração e a sua preservação.

### **Capitalismo dependente e ordem social competitiva**

A dinâmica do regime de classes que se consolidou apresentava uma série de peculiaridades. As suas funções construtivas, ligadas à difusão das relações capitalistas de produção e de mercado, eliminaram a dimensão estamental da concentração do poder, do prestígio, e da renda, o que gerou uma pequena redistribuição desses fatores em benefício dos mais pobres (FERNANDES, 1972, pp. 66-67). Porém, como as formas anteriores à consolidação do capitalismo possuíam elevada coesão e continuidade, a sua influência se manteve durante períodos posteriores.

A estruturação da ordem social competitiva que se afirmou refletia uma conciliação entre as funções classificadoras do mercado, com critérios estamentais de



classificação social (FERNANDES, 1975, p. 63). Ali, o cidadão seria justamente aquele membro da população que conseguiria se inserir como ator político naquele processo de transformação (FERNANDES, 1972, p. 114). Tal condição era monopolizada, inicialmente, pela aristocracia agrária, a qual tentava manter os seus privilégios estamentais através de limitações à sociedade competitiva (FERNANDES, 2020, p. 210).

A questão fundamental para Florestan Fernandes (2020, p. 218) dizia respeito à necessidade de se tolher as funções classificadoras do mercado, principalmente em relação aos setores até então marginalizados. Isso se traduziu na transferência dos papéis econômicos que vinham sendo desempenhados pelos trabalhadores escravos para os livres (FERNANDES, 2020, p. 243).

Com o advento da abolição, a situação dos ex-escravizados era extremamente desvantajosa; tendo em vista a concorrência junto aos que foram libertos previamente, assim como com os imigrantes de origem européia (FERNANDES, 2020, p. 244). A dificuldade de dissociação entre a figura do trabalho e a condição de escravizado criava ainda mais barreiras à inserção junto à sociedade competitiva dos recém libertos. Dessa forma, todo o contexto no qual a maior parte dos grupos marginalizados da sociedade eram inseridos retardava a emergência de uma consciência operária; o que gerava prejuízos no universo do trabalho no que dizia respeito à concorrência e à elaboração de contratos de trabalho (FERNANDES, 2020, p. 245).

O equilíbrio do capitalismo dependente em formação manteve-se como articulação para o privilegiamento dos agentes envolvidos na integração das suas atividades econômicas (SAMPAIO, 1997, p. 161). Riqueza, prestígio social e poder eram por eles manipulados e instrumentalizados com o objetivo de manterem as estruturas de estratificação social consolidadas (SAMPAIO, 1997, p. 164). A perpetuação de formas antigas de acumulação de capital impedia o aparecimento de mecanismos de solidariedade de classe entre os grupos explorados, fato esse que se somava à condição extremamente privilegiada conferida à propriedade privada, e que, por consequência, cristalizava a ordem social competitiva como instrumento de



privilegiamento exclusivo da classe dominante (SAMPAIO, 1997, pp. 167-168).

A burguesia emergente dos países dependentes sobrevivia exatamente da transferência do ônus da sua condição dependente para o restante da sociedade. Por isso, a necessidade de se manter a superexploração do trabalho e a dilapidação dos recursos naturais mediante a manipulação das condições socioeconômicas do país (SAMPAIO, 1997, p. 168). Uma situação como essa levou necessariamente a uma obsessiva preocupação com a estabilidade política, a qual resultou na impossibilidade do recrutamento adequado dos recursos econômicos e do Estado para a defesa dos próprios interesses de médio e longo prazo do capitalismo dependente. Ou seja, afirmou-se uma lógica irracional do ponto de vista capitalista mediante uma politização desnecessária de assuntos técnicos, ou pela despolitização de questões econômicas e sociais (SAMPAIO, 1997, pp. 175-176).

É importante destacar que as condições que converteram o transplantado europeu em um centro de irradiação e difusão de novas atitudes e aspirações sociais foram forjadas mediante a fusão entre sua herança sociocultural e as condições internas (FERNANDES, 2020, p. 182). Nesse contexto, considerações de status possuíam pouco significado prático para os imigrantes, já que havia uma intensificação causal e motivacional dos fatores econômicos, sociais e culturais que os impeliam aos setores monetários da economia (FERNANDES, 2020, p.167). Portanto, ele convertia a riqueza em um valor em si, o que transformava as relações humanas em meros meios para o enriquecimento (FERNANDES, 2020, p. 169). Como se fechavam dentro das suas comunidades, o divórcio com os padrões morais da sociedade brasileira era facilitado, o que estimulava ainda mais o rompimento com a tradição senhorial.

O imigrante como agente econômico e social era, portanto, um ator cuja ação embasava-se por uma racionalidade direcionada apenas por interesses individuais vinculados ao aumento do próprio poder aquisitivo. Isso resultava em fins específicos e meios para atingi-los de caráter eminentemente imediatistas, oportunistas e egoístas. Uma relação junto à sociedade como essa inviabilizava uma ação histórica que levasse em conta os requisitos dinâmicos e estruturais da acumulação capitalista



(FERNANDES, 2020, p. 117). Inexistiam, portanto, razões materiais, emocionais e morais que levassem os imigrados a construir um novo mundo econômico.

De certa forma, o imigrante incorporou material e moralmente a economia escravista e senhorial através da transferência de critérios estamentais de concentração de renda para processos exclusivamente econômicos (FERNANDES, 2020, p. 179). Fora do ciclo imediato da apropriação, esse agente divorciava-se dos princípios da livre competição, convertendo a dinâmica capitalista em mero instrumento de manutenção do privilégio social, moldando o seu sentido além dos determinantes diretos da acumulação (FERNANDES, 2020, p. 180). Como consequência, não interessavam atividades econômicas que pudessem ser associadas às idéias coletivas de auto-suficiência econômica ou independência nacional (FERNANDES, 2020, p. 180).

Por conta de todas essas restrições, o núcleo integrado da ordem social competitiva era quantitativamente reduzido e qualitativamente pouco dinâmico, o que entorpecia as funções classificadoras e estratificadoras do mercado e do sistema de produção capitalista, comprometendo a sua universalidade, eficácia, e a intensidade dos seus dinamismos revolucionários (FERNANDES, 1975, p. 37-39). Com isso, não era possível consolidar a integração nacional, o que impedia o acesso dos estratos mais pobres à ordem social competitiva. Ou seja, uma incapacidade para o estabelecimento de uma democracia de fato (FERNANDES, 1972, p. 114).

Sob tal cenário, a expansão da ordem competitiva foi contida, impedindo: a criação de situações de classe realmente integrativas; e a universalização dos mecanismos de acomodação dentro da mesma classe (FERNANDES, 1972, p. 105). Essa debilidade levava os indivíduos e as classes sociais a adotarem comportamentos imediatistas, oportunistas, e extremamente egoístas; características essas que eram intensificadas pela mobilidade social. Os dinamismos ali presentes faziam com que o crescimento econômico reproduzisse o desenvolvimento por associação dependente e a incorporação econômica, o que preservava a concentração da renda, do prestígio e do poder, e a drenagem da riqueza para fora à custa da sociedade brasileira (FERNANDES, 1975, p. 80).



Foi dentro desse quadro de constante transformação e reafirmação do passado colonial que se consolidou a etapa capitalista e a ordem social competitiva funcional a ela, representada pelo aburguesamento do senhor, a consolidação do trabalho livre e a inserção do imigrante (FERNANDES, 2020, p. 191). Do ponto de vista sociológico, tratava-se do processo de integração nacional, o qual se deu através de dois ciclos: 1) o primeiro a partir da independência até o fim do trabalho escravo; 2) e o segundo que se iniciou com a proclamação da república, e que se estende até o atual momento (FERNANDES, 1972, p. 113). Como o segundo momento se deu em meio ao capitalismo internacional na sua etapa imperialista, a parte seguinte deste artigo dedica-se a uma breve análise sobre a contribuição dos autores sobre essa relação específica.

### **Imperialismo e economia dependente**

Cabe ainda destacar as influências diretas que o capitalismo na sua etapa imperialista exerceu sobre a emergência da sociedade brasileira naquele período. Segundo Nelson Werneck Sodré (1977, p. 59), essa realidade impôs à estrutura econômica colonial condições específicas para o seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, a formação do capitalismo internamente era limitada pela ação tanto do imperialismo, o qual capturava grande parte do excedente, quanto do latifúndio, responsável pelo aprisionamento da economia e da sociedade junto à produção primário exportadora. O fato de as relações capitalistas de produção terem emergido no momento de decadência do capital impunha uma realidade heterocrônica, moldada segundo exigências de submissão cada vez maiores e mais estreitas (SODRÉ, 1977, p. 59; SODRÉ, 1978, p. 102).

A subordinação externa e os mecanismos para o seu funcionamento já haviam sido consolidados nos primeiros anos do período imperial. O endividamento externo progressivo, possibilitado graças a uma política de sociabilização dos prejuízos em benefício da classe dominante, era o principal mecanismo por trás da manutenção da condição subordinado. Resulta dessas circunstâncias uma tendência progressiva para a



concentração de fatores no setor agrícola, mesmo em momentos de crise, como ficou atestado durante todo o período no qual o café sofreu os efeitos da superprodução. Como consequência, preservou-se uma economia especializada na exportação de alguns poucos bens primários, o que mantinha a essência colonial da estrutura econômica (SODRÉ, 1977, p. 44;50).

O novo capitalismo fundamentava os seus mecanismos de exploração na exportação de capitais. Ele obtinha expressiva lucratividade com a transformação das economias periféricas, débeis, as quais eram utilizadas para alimentarem a acumulação nas regiões centrais, e não para a melhoria das condições de sobrevivências das massas (SODRÉ, 1976, p. 148-149). Mitigava-se as tensões sociais nos centros imperialistas com a sobreacumulação a custo das nações dependentes (SODRÉ, 1976, p. 152).

O professor Plínio de Arruda Sampaio Júnior (1997, pp. 124), ao abordar a obra de Caio Prado Júnior, destacou que os vínculos estabelecidos entre o imperialismo e a economia brasileira possuíam um sentido especulativo relacionado à volatilidade dos laços ali estabelecidos. Não houve a criação de raízes entre o processo de acumulação interno, e os objetivos em torno dos investimentos dos grandes trustes internacionais. A única meta em torno dessas inversões era o aproveitamento de oportunidades relacionadas à exploração da força de trabalho, dos recursos naturais e da venda para o mercado interno; desde que o excedente fosse livremente removido do território nacional, e transferido em prol do capital financeiro internacional.

Como para a realização internacional do excedente gerado nas nações periféricas era necessário expatriá-lo da sua origem, impunha-se a conversão desses recursos em moeda internacional. Por consequência, a existência dual da economia brasileira, relacionada à maximização do excedente externamente apropriável, cristalizou-se na etapa propriamente capitalista do seu desenvolvimento devido à necessidade de geração de recursos cambiais; inclusive para sustentar o crescimento interno da economia de mercado. Essa realidade reafirmava o caráter colonial do sistema econômico mediante a recolocação da necessidade de se expandir a exportação primária a cada momento (SAMPAIO, 1997, pp. 124-125).



Para Florestan Fernandes (1975, p. 22), sob a ação do imperialismo os países latino americanos acabaram por terem as suas estruturas econômicas, socioculturais e políticas impossibilitadas de conduzirem a um processo de integração nacional e desenvolvimento autônomo, mesmo sendo capazes de absorverem parcialmente as transformações do capitalismo internacional. Nesse contexto, não foi possível o rompimento com as estruturas herdadas do período colonial, as quais determinavam o seu dinamismo organizatório e evolutivo. Pelo contrário, promoveu-se um processo de modernização do arcaico, e de arcaização do moderno, que inviabilizava o estabelecimento de uma relação dinâmica entre capitalismo e descolonização (FERNANDES, 1975, p. 41-45). No caso brasileiro, as suas condições materiais e morais impunham adaptações, o que fazia com que o tempo histórico fosse influenciado por duas instâncias com dois ritmos diferentes: uma realidade interna, dimensão da vida dos agentes; e a história dos centros de difusão, a qual definia os efeitos e a direção do progresso (FERNANDES, 1972, p.96).

Tendo em vista que se manteve a centralidade da grande empresa agropecuária exportadora, sobretudo como única fonte de captura de excedente do exterior, também foram preservadas outras três características: 1) a persistência do complexo econômico colonial; 2) a impossibilidade da expansão e integração nacional do mercado interno; 3) e a permanência da heteronomia e da dependência externa (FERNANDES, 1972, p. 126). Com isso, a sobreacumulação capitalista e a dependência externa conservaram-se como a razão de ser desse sistema econômico, o que mitigava a importância das outras instâncias, sobretudo aquelas ligadas ao aumento do mercado interno (FERNANDES, 1975, p. 54-56).

O controle internacional sobre os negócios de exportação e importação, assim como o estabelecimento de uma rede de serviços bancários e comerciais, resultava em um vazamento constante do excedente para os centros capitalistas. A parcela da renda que permanecia no mercado interno não encontrava possibilidades de inversão devido à organização da produção agrícola, e o baixo grau de diferenciação da economia urbana. Mesmo após um certo avanço da capitalização interna, era impossível eliminar a



prevalência: 1) dos centros externos de decisão; 2) e do capital internacional como fonte de investimentos. Dessa forma, a acumulação originária não disputava junto às nações hegemônicas e suas empresas sequer as posições estratégicas de controle do crescimento econômico do Brasil (FERNANDES, 1972, p.34-35).

A subordinação econômica estruturada através do domínio exercido pelo capital internacional sobre a acumulação capitalista na periferia condenava essas nações à especialização produtiva, de tal forma que os movimentos internos das economias periféricas eram determinados pelas flutuações no mercado internacional de bens primários. Essa vulnerabilidade condenava os países subdesenvolvidos a uma condição de intensa instabilidade em relação às mudanças de sentido do capitalismo global, o que colocava o risco da regressão das respectivas estruturas produtivas e relações sociais frente a uma crise de acumulação do imperialismo (SAMPAIO, 1997, pp. 126-127).

Uma estrutura particular como essa estava relacionada com o fato de as sociedades capitalistas subdesenvolvidas não terem encontrado formas de acumulação originárias suficientemente fortes para sustentarem um desenvolvimento econômico auto-suficiente, de longa duração, com capacidade para desencadear ou fomentar o capitalismo como sistema sócio-econômico irreversível (FERNANDES, 1972, p.32). Pelo contrário, as relações econômicas e sociais arcaicas foram preservadas através de adaptações internas às novas circunstâncias históricas, tanto no meio rural, quanto no urbano (FERNANDES, 1972, p.33).

Existe, portanto, uma convergência entre os autores em relação à função específica exercida pelo imperialismo na sua relação com o processo de formação econômica brasileira; preservar o atraso econômico e social como instrumento para a remoção do excedente gerado pelo país no seu conjunto.

### **Conclusão:**

A pesquisa apresentada neste trabalho tentou elucidar as questões referentes ao sentido e às características da herança colonial brasileira; condição fundamental e razão de ser da própria formação histórica. Procurou-se utilizar a síntese dos textos produzidos



por Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Nelson Werneck Sodré como base e viga mestra em torno desse objetivo, uma vez que foram exatamente esses autores que desenvolveram o conceito em si com maior amplitude e profundidade. Apesar das diferenas teóricas, o contexto mais abrangente em torno do processo de estruturaao econômico e social interna foi fundamentado por ambos os pesquisadores dentro dos marcos do materialismo histórico, de tal forma que foi possível encontrar uma forte convergência nas conclusões quanto   consolidaao do capitalismo dependente no Brasil.

Ao serem comparadas as reflexões sobre o sentido da colônia nas obras estudadas, constatou-se que as características principais ali presentes diziam respeito: 1) a uma economia voltada para o exterior, especializada nessa funao, e dedicada ao atendimento dos interesses inerentes à acumulaao internacional de capital; 2) a relaoes de produao específicas, articuladas com o objetivo de permitirem a exportaao do excedente aqui gerado, e   condiao privilegiada da classe dominante interna; 3) e   reproduao desse sistema constantemente, sempre recolocando essas características fundamentais a cada momento. Os remanescentes pré-capitalistas, independente do tipo de relaao específica, ou do seu encaixe em alguma categoria previamente desenvolvida, tinham por objetivo articularem   exploraao e   expatriaao do excedente de forma primária, especulativa e predatória. Por isso, a tendência para a o não crescimento dos rendimentos dos trabalhadores, o que resultava em uma estagnaao tecnológica que comprometia a própria geraao de excedente a longo prazo.

A emergência do capitalismo como sistema econômico e ordem social no Brasil não levou ao surgimento da sua faceta aut noma e democrática. Pelo contrário, recolocou os vínculos da dependência, agora em um novo patamar. O fato de o país ter se constituído desde o princípio sob a condiao dependente e especializada, colocou os mecanismos por tr s do funcionamento da estrutura econômica em uma situaao previamente subordinada. Por consequência, reafirmou-se a cada momento a hegemonia interna da classe dominante, comprometida diretamente com o capital internacional, e a viabilizaao dos seus interesses espoliativos. Isso significava que a nível político, os



trabalhadores permaneceriam marginalizados, e que, como resultado, não seria possível alterar a racionalidade em torno do sistema econômico. Devido ao fato de o capital internacional encontrar-se naquele momento na sua etapa imperialista, os vínculos da dependência tornavam-se ainda mais intensos. A realidade da exploração externa, consolidada através de séculos de história, agora se intensificava mediante um crescimento da participação das finanças internacionais junto aos negócios relacionados ao mercado interno. Ou seja, além do domínio sobre os negócios de importação e exportação, e de uma participação expressiva junto aos negócios bancários brasileiros, trustes internacionais também passaram a serem os donos de grande parte das empresas: de fornecimento de serviços públicos; e de produção de bens industriais.

O trabalho ainda foi capaz de constatar uma contribuição significativa junto às obras de Florestan Fernandes no que diz respeito aos limites que a dinâmica de classes do capitalismo dependente brasileiro impuseram. A constituição de um mundo social único, moldado pela condição colonial, levou ao estabelecimento de uma estrutura de classes – estratificação social – permeada por características estamentais. Os monopólios exercidos pela classe dominante nas dimensões política e econômica fechavam as portas para os trabalhadores no que dizia respeito à determinação dos rumos da sociedade. Como a exploração fora feita de forma brutal, através dos vínculos relacionados à escravidão, a organização interna da classe trabalhadora fora obstaculizada desde o princípio. O imigrante europeu, apesar de contribuir para uma importante transformação nas relações econômicas e sociais internas, não chegou a representar um agente antagônico com a realidade da exploração colonial. Pelo contrário, a condição privilegiada inerente à cultura material mais adaptada ao capitalismo da qual era proveniente possibilitou a ele posicionar-se de forma vantajosa junto à economia brasileira. Também cabe destacar uma certa racionalidade econômica imediatista, desvinculada de objetivos morais mais amplos ou relacionados a qualquer questão nacional interna. Ambos esses fatores ajudaram a reafirmar: o perfil especulativo e predatório da classe dominante junto à estrutura econômica interna; e a constituição problemática e incompleta das classes sociais.



Por fim, os passos seguintes no desenvolvimento de uma síntese entre os autores, sobretudo em relação aos mecanismos de perpetuação da herança colonial, dizem respeito à investigação das dinâmicas sociais ocorridas durante a fase de desenvolvimento industrial propriamente dito. Para isso, mostra-se necessária uma abordagem mais ampla em relação ao debate sobre a formação das classes sociais presente nos três autores, e em como essa dinâmica influenciou o surgimento e consolidação de um setor industrial limitado e dependente.

### **Referencial bibliográfico:**

PRADO, JR. C. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense. 1977

PRADO, JR. C. *Esboços de fundamentos de teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense. 1969

PRADO, JR. C. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 2012

PRADO, JR. C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Publifolha. 2000

PRADO, JR. C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1983

PRADO, JR. C. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense. 1972

FERNANDES, F. *A Revolução Brasileira: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: editora Contra a Corrente. 2020

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar editores. 1975

FERNANDES, F. *Circuito fechado*. São Paulo: Globo. 2010

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar. 1972.



SAMPAIO, P. A. JR. *Entre a nação e a barbárie*. Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. 1997. (Dissertação de Mestrado)

CAMPOS, F. A; VIEIRA C. A. C. *Imperialismo e questão nacional em Nelson Werneck Sodré*. Revista de História Econômica e História das Empresas. Volume 22, número 1, pp 115-142. 2019.

SODRÉ, N. W. *Brasil: radiografia de um modelo*. Petrópolis: editora Vozes. 1977

SODRÉ, N. W. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graphia Editora. 1997

SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Difel Editora. 1982.

SODRÉ, N. W. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A. 1976

SODRÉ, N. W. *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1978.